A cultura política no Brasil profundo nas décadas de 1960-2000: relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert

Political culture in deep Brazil in the decades 1960-2000: reports of the French ethnologist Colette Callier Boisvert

Cultura política en el Brasil profundo en las décadas de 1960 y 2000: informes de la etnóloga francesa Colette Callier Boisvert

Jefferson Evânio da Silva[1]

Resumo

SILVA, Jefferson Evânio da. A cultura política no Brasil profundo nas décadas de 1960-2000: relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 85-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art5

O trabalho discute a produção intelectual da etnóloga francesa Collete Callier Boisvert relativa à dinâmica das relações políticas presentes numa cidade da microrregião do Agreste pernambucano investigada pela pesquisadora ao longo de quase meio século. Problematiza, a partir de uma análise do discurso de seus textos: *(a)* os temas geradores do seu procedimento analítico, isto é, as regularidades enunciativas; *(b)* a interdiscursividade, a partir do estudo da filiação e dos momentos de deslocamento estabelecidos pela narrativa da pesquisadora com a história do pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX. Seu trabalho lançou as bases para uma análise fecunda de fenômenos como o clientelismo rural e urbano, as relações entre chefes e clientes e os processos de estratificação social vigentes no interior do Nordeste durante a vigência da Ditadura Militar brasileira e nas primeiras décadas da redemocratização do país.

Palavras-chave: Nordeste brasileiro. Cultura política. Clientelismo.

Abstract

SILVA, Jefferson Evânio da. Political culture in deep Brazil in the decades 1960-2000: reports of the French ethnologist Colette Callier Boisvert ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 85-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art5

The work discusses the intellectual production of the French ethnologist Collete Callier Boisvert regarding the dynamics of political relations present in a city in

1 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). É membro do Laboratório de Estudos em Religião e Política (LABERP- UFPE/FUNDAJ) e pesquisador colaborador do Núcleo de História e Linguagens contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba (NUHLC). Atualmente é professor do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL. E-mail: jeffersonevaniosocio@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4528-8285

the Agreste region of Pernambuco, investigated by the researcher for nearly half a century. It problematizes, from an analysis of the discourse of its texts: (a) the generating themes of its analytical procedure, that is, the enunciative regularities; (b) interdiscursivity, based on the study of affiliation and moments of displacement established by the researcher's narrative with the history of Brazilian social thought in the first half of the 20th century. His work laid the foundations for a fruitful analysis of phenomena such as rural and urban clientelism, the relations between chiefs and clients and the processes of social stratification in force in the interior of the Northeast during the Brazilian Military Dictatorship and in the first decades of the country's redemocratization.

Keywords: Brazilian Northeast. Political culture. Clientelism.

Resumen

SILVA, Jefferson Evânio da. Cultura política en el Brasil profundo en las décadas de 1960 y 2000: informes de la etnóloga francesa Colette Callier Boisvert. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 85-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art5

El trabajo analiza la producción intelectual de la etnóloga francesa Collete Callier Boisvert sobre la dinámica de las relaciones políticas presentes en una ciudad de la región de Agreste de Pernambuco, investigada por la investigadora durante casi medio siglo. Problematiza, a partir del análisis del discurso de sus textos: (a) los temas generadores de su procedimiento analítico, es decir, las regularidades enunciativas; (b) la interdiscursividad, basada en el estudio de la afiliación y momentos de desplazamiento que establece la narrativa del investigador con la historia del pensamiento social brasileño en la primera mitad del siglo XX. Su trabajo sentó las bases para un fructífero análisis de fenómenos como el clientelismo rural y urbano, las relaciones entre jefes y clientes y los procesos de estratificación social vigentes en el interior del Nordeste durante la Dictadura Militar brasileña y en las primeras décadas del redemocratización del país.

Palabras clave: Nordeste brasileño. Cultura política. Clientelismo.

Eu via-os como nunca vira ninguém até então e nem um pormenor
das suas caras ou dos seus fatos me escapava.
Albert Camus (O estrangeiro)

1. Introdução

Ao se debruçar sobre o oceânico tema da história das mulheres na Europa, a historiadora francesa Michele Perrot defendeu que, "no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra" (PERROT, 2019, p.22). Ao defender a tese de que o "mundo sonoro

é sexuado", a autora chamou a atenção para o fato de que a historiografia profissional só muito recentemente começou a se interessar pela produção intelectual das mulheres; sobre o que pensaram e escreveram, sobre o modo como preencheram o "vazio" do real e o enigma do social com doses e mais doses de sentido. O giro discursivo rumo a esta que foi durante muito tempo construída como mais uma das "cidades proibidas" para as mulheres, isto é, a esfera da produção do conhecimento (além da política), ainda que seja um giro relativamente consolidado (e ainda em movimento), no contexto francês, ainda caminha a passos lentos no Brasil. Especialmente quando nos propomos a conhecer o que escreveram, pesquisaram e produziram intelectuais brasileiras (ou não) sobre regiões igualmente marginalizadas como as terras do interior do Nordeste. Esse é o caso de Collete Carlier Boisvert, intelectual francesa que no início dos anos de 1960 empreenderia uma série de incursões etnológicas num pequeno município do interior pernambucano para produzir, no contato com as gentes, ciência.

Collete Boisvert é uma etnóloga francesa cujos trabalhos investigativos ainda não foram rigorosamente popularizados no Brasil. Fato lamentável (porém "compreensível" em razão do caráter heteronormativo que orienta nossa relação com o saber científico e certa resistência do saber "erudito" que se tornou hegemônico em dar voz às narrativas que tratam das periferias do mundo descritas pela imprensa brasileira do século XX como terra de matuto e berço da ignorância do povo brasileiro), a julgar pela originalidade de suas pesquisas e pelo rigor teórico-metodológico de suas observações etnológicas realizadas em terras brasileiras ao longo de quase meio século. Formada na escola francesa de antropologia, em 1965 defendeu, sob a orientação de Roger Bastide, na Sorbonne, sua tese de doutoramento intitulada: *"La migrante d'origine rurale à Recife, Brésil"* (FERREIRA, 2019). Uma investigação que tentava lançar luz sobre o processo de migração rural na capital pernambucana, especialmente de mulheres vindas do interior. Suas pesquisas no Brasil foram uma extensão de estudos previamente iniciados em Portugal na década de 1960, na região do Alto Minho sobre questões como mobilidade (migrações), gênero (lugar das mulheres) e sociabilidades. Os resultados de sua pesquisa em Portugal foram publicados na obra *Soajo entre migrações e memória: estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada,* publicada em Portugal em 2004.

No Brasil, suas pesquisas se concentraram na região Nordeste, mais especificamente na cidade do Recife e no Agreste pernambucano. "Nestas, analisou, entre outros, os sistemas de caciquismo e clientelismo, o lugar social e político das mulheres e a solidariedade e a estigmatização nas relações sociais" (FERREIRA, 2019, p. 1). Em determinado momento de suas investigações relativas ao tema das migrações rurais, a autora se interessa pela região Agreste, espaço de origem de muitos sujeitos que migravam para o Recife na década de 1960. Por sugestão do geógrafo brasileiro Manuel Correia de Andrade, a pesquisadora francesa seleciona o município de Agrestina como centro nevrálgico de suas observações*:*

> *Après l'avoir visitée en compagnie de ce spécialiste, j'ai sélectionné lemunicípio d'Agrestina, grâce à ses conseils éclairés,*

> *sur la base de critères géophysiqueset socio-économiques ne présentant aucune originalité apparente, pour qu'il soitre-présentatif de l'ensemble, un município ordinaire en quelque sorte* (COLLETE, 2014, p. 4).

Este "lugar comum" seria revisitado ao longo de meio século pela pesquisadora francesa.

Em um texto recente, em que tentava reler o conjunto de suas observações etnográficas realizadas no pequeno município do estado de Pernambuco, a etnóloga rememorou suas primeiras impressões ao chegar na cidade nos idos de 1960, chamando a atenção para as dificuldades do empreendimento investigativo. No Brasil, a pesquisadora se depara com uma sociedade local aparentemente estranha aos eventos do golpe militar de 1964, espaço cujas relações de sociabilidade, o cotidiano, a recreação, e todos os aspectos da vida cultural eram regidos pela ação de um significante mestre: a bipolarização política envolvendo duas importantes famílias locais. Em um ambiente historicamente marcado pelo poder dos empreendimentos familiares e pelas posições de sujeito definidas pela gramática do discurso político, a pesquisadora recorda a dificuldade de imersão naquele universo a ser investigado, diminuída, apenas, em função de duas questões, sua condição de estrangeira e sua identidade como cientista social: "O meu estatuto de estrangeira e de etnóloga conferia-me uma certa liberdade para passar de um lado ao outro" (2014, p. 159).

Estranho ao passado social compartilhado pelos membros da comunidade local e, portanto, indiferente mesmo aos códigos que tornam, no interior de um universo social, o mundo inteligível, o estrangeiro gozaria, aparentemente, de uma condição privilegiada. Em termos fenomenológicos, Alfred Schutz (2010) delineou, em chaves weberianas/husserlianas, a condição do estrangeiro diante da diferença, isto é, a situação específica do indivíduo quando situado no interior de um grupo social com padrão cultural distinto daquele de sua origem:

> Para ele o padrão cultural do grupo ao qual se aproxima não tem a autoridade de um testado sistema de receitas, e isto, se por nenhuma outra razão, pelo menos porque ele não compartilha da forte tradição histórica pela qual este tem sido formado. Certamente, do ponto de vista do estrangeiro, também a cultura do grupo aproximado tem sua história peculiar, e esta história é até mesmo acessível a ele. Porém ela nunca se tornou uma parte integrante de sua biografia, como foi a história de seu grupo de origem. Somente as formas nas quais seus pais e avós viveram tornar-se-ão para cada pessoa elementos de sua própria forma de viver. Nem túmulos nem reminiscências podem ser transferidos ou conquistados. O estrangeiro, portanto, se aproxima do outro grupo como um recém-chegado no verdadeiro significado do termo. Quando muito, ele pode estar disposto e apto

> a compartilhar o presente e o futuro com o grupo aproximado, em intensa e imediata experiência; sob todas as circunstâncias, entretanto, ele permanece excluído de tais experiências deste passado. Vendo do ponto de vista do grupo aproximado, ele é um homem sem história (SCHUTZ, 2010, p. 122).

A antropóloga fala, contudo, a partir de um *lugar social*[2]. Inicialmente, como bolsista da *Sorbonne* desenvolve suas primeiras investigações no Brasil atuando como pesquisadora visitante no *Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. É, nesta instituição, criada sob a inspiração de Gilberto Freyre, que ela encontrará os subsídios necessários para as suas viagens ao interior e estabelecerá contato com pesquisadoras auxiliares que também participarão em algumas ocasiões de suas incursões no terreno investigado (BOISVERT, 2014). No instituto, ela construirá as bases de uma relação muito particular com o pensamento social brasileiro. Estabelecerá um contato mais direto com as obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Victor Nunes Leal, Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda – autor que, aparentemente, percorrerá as entrelinhas de seu discurso quase sob a forma de uma grande sombra aparentemente não reconhecida.

Estabelecida numa cidade do interior cujo passado lhe era estranho mas cujo presente deseja conhecer, a pesquisadora francesa dedicará parte de seus primeiros esforços para estudar as práticas e representações da cultura política local em diálogo com breves levantamos estatísticos de natureza econômica relativos à propriedade da terra, à policultura e à pecuária. Os resultados dessas observações foram publicados na década de 1970 ainda no Brasil pela Revista *Ciência & Trópico,* periódico do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco) sob os seguintes títulos: *Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num município da Zona Agreste de Pernambuco (1973) e Evolução sócio-econômica de um município da micro-região agreste meridional: Agrestina, 1966/1978*, estudo publicado em 1979. Em 2007, Collete publica como capítulo do livro *Clientèle guerrière, clientèle foncière et clientèle électorale***,** o texto *Pouvoir local et clientèle dans un municipe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil),* onde aprofunda suas reflexões sobre a

2 Empregamos o conceito de lugar social no sentido formulado por Michel de Certeau (2011). Ou seja, o compreendemos como aquela instância política, socioeconômica ou cultural em torno da qual se "instauram os métodos", se "delineia uma topografia de interesses" e se organizam "os documentos e as questões" de uma operação investigativa (CERTEAU, 2011, p. 47). Na mesma direção, Foucault também apontou, ao defender que "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo" (FOUCAULT, 2014, p. 35). Desde a perspectiva da etnóloga que se debruça sobre um terreno desconhecido e marcado pela hostilidade inicial das elites políticas locais quanto aos objetivos de seu trabalho investigativo, o lugar social e, por consequência, sua identidade enquanto cientista social, isto é, enquanto membro de uma "sociedade de discurso", passou também a fomentar a legitimidade do seu trabalho perante os atores sociais com que se relacionava na cidade de Agrestina. Era na condição de cientista social, jovem estudante de uma das mais importantes universidades da Europa (Sorbonne) e pesquisadora visitante de uma das mais prestigiadas instituições de pesquisa no Brasil (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) que ela poderia circular com alguma segurança entre os grupos políticos rivais na cidade, com eles manter relações amistosas e desenvolver seu trabalho de campo.

organização do poder local. Em 2014, publica um último trabalho em que realiza um balanço de suas interações com o objeto de pesquisa intitulado: *Dinâmica da interação pesquisador/campo: meio século de observação etnográfica no interior de Pernambuco* (BOISVERT, 2014).

A partir de uma análise desses textos produzidos entre os anos 1970 e início dos anos 2000, pretendemos identificar os possíveis diálogos que a interpretação da autora estabelece com a produção do pensamento social brasileiro relativa ao Brasil rural bem como identificar a linha de argumentação que faz de seus escritos, a nosso ver, uma leitura bastante original da realidade social e política do Agreste pernambucano na segunda metade do século XX, em particular, e, do Brasil de forma mais ampla. Articulamos também aos registros etnográficos da autora outros vestígios desse passado na tentativa de compreender a dinâmica do poder local na pequena cidade de Agrestina entre os anos de 1960-2000. Tomamos seus escritos, portanto, em um duplo registro: (a) enquanto discurso científico a ser analisado; b) enquanto "vestígios" produzidos por uma antropologia histórica que, uma vez articulados a outras fontes, podem ampliar nosso conhecimento sobre a realidade social investigada.

2. Geografia do poder: bipolarização política e processos de estratificação social

O ritmo da vida cotidiana na pequena cidade do Agreste pernambucano durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX é descrito por C. Boisvert nos mínimos detalhes. Sempre de posse de seus diários de anotação, ela é acolhida no município, ainda no início dos anos de 1960, por famílias com as quais manterá contato ao longo de quase meio século. Caminhando pelas ruas da cidade, pelos núcleos rurais mais afastados, pelas casas de família, ela toma nota dos hábitos, dos diálogos travados, e faz dos contatos estabelecidos com as gentes da cidade a base para construção de seu "arquivo". Ela observa as mudanças do tempo e as tentativas de contê-las, faz também da observação/descrição da geografia da comunidade a base para um diagnóstico que pretende problematizar a natureza. Como resultado, uma antropologia dos espaços públicos e privados delineia o contorno das ruas, das casas, e, na intersecção entre esses dois domínios da vida coletiva busca compreender o sentido das relações sociais, os momentos específicos em que se tocavam os signos que compõem o universo do mundo rural e urbano. Mundos "separados" por fronteiras artificiais, os hábitos e saberes campesinos sempre imprimindo na carne da cidade certas doses de brilho e vitalidade.

Para a etnóloga, a geografia dos espaços físicos reflete em alguma medida os processos de estratificação social e a construção dos estereótipos culturais que pesam sobre os sujeitos que habitam as regiões periféricas que rondam o "centro". Ao tentar compreender a genealogia destas distâncias, ela encontra o núcleo duro que organizava a vida coletiva em todos os seus aspectos: *a tradição política do clientelismo*. A política local é a "mão invisível" que aperta o nó dos laços sociais e, ao mesmo tempo, os desfaz radicalmente sempre que a conjuntura o requer; na cidade, a política é tanto aquilo que

aproxima os corpos como a força que prescreve a necessidade de uma distância estratégica que proibirá, em certos momentos, o *toque*, o *contato* e o *diálogo* entre os membros da comunidade que se dividem entre dois blocos políticos antagônicos e aparentemente incomunicáveis (BOISVERT, 2007; 2014; SILVA, 2020). Nessa interessante passagem itinerante sobre a organização do poder local, a etnóloga amplia de modo significativo os sentidos de práticas clientelistas ao defender que na cidade de Agrestina:

> *Ce duel entre deux personnalités locales entraînait une bipolarisation de la vie sociale et culturelle très frappante pour l'observateur. Em effet, la bipolarisation concernait tous les secteurs de la vie publique et introduisait une frontière invisible dans l'espace communautaire. La population du municipe se partageait entre deux systèmes de services concurrentiels, le public et le privé, dnas les domaines de la santé, de l'éducatiom, de l avie culturelle, récréative et sportive. Il s'agissait de redistribution des ressources publiques par le chef em place et de ressources obtenues par des réseaux propres par la chef de l'opposition à travers des associations de biefaisance. Cette Division symbolique concernait même la pratique religieuse, selon que l'on fréquentait l'église catholique ou le temple spirit. Suivant leur appartenance à l'um ou à l'autre des deux blocs, les habitants fréquentaient tel ou tel commerce ou café. Certains corps de métier optaient majoritairement pour l'um ou l'autre des chefs. C'était notamment le cas de ceux de la filière viande, particulièrement nombreux dans ce municipe et solidaires em raison de liens de parenté étroits.* (BOISVERT, 2007, p. 202).

A bipolarização política é o *significante mestre* que desencadeia uma rede heterogênea de outras relações sociais; (des)unindo a clientela desta ou daquela liderança política, fixando o padrão para as escolhas profissionais, definindo os espaços permitidos e/ou proibidos para esta ou aquela clientela, cavando fronteiras inclusive no interior do universo religioso. Esse Brasil profundo marcado pela força da lógica de um clientelismo urbano foi, por sua vez, uma realidade complexa que escapou relativamente ao escopo das análises tradicionais de nossa historiografia ou da história do pensamento social brasileiro de modo mais amplo, sempre engajado na missão de construir (ou contestar) os sentidos da identidade nacional a partir de metanarrativas conservadoras ou progressistas que se constituíram enquanto os grandes cânones das Ciências Sociais brasileiras.

Reinventando o tratamento analítico conferido ao tema inicialmente por Victor Nunes Leal (2012), autor cuja obra Boisvert admitiu a importância sem jamais adotar com relação a ela ou a outras produções do pensamento social brasileiro qualquer relação de "subserviência teórico-metodológica", a análise das relações clientelistas proposta pela autora não elege as relações simbióticas entre os poderes estaduais e gabinetes do executivo local como fio condutor do processo analítico, mas a complexa

rede de solidariedade e de interdependência entre chefes/clientes a partir da qual se interligavam processos de revitalização social postos numa existência "sombria" e, para muitos indivíduos, sem muitas "expectativas de futuro" (BOISVERT, 2007). Sem negar as conexões entre o local e o global, Boisvert se interessa mais pela complexa rede de fenômenos sociais que participam do clientelismo:

> [...] o compadrismo e rivalidade entre os grupos políticos locais, a transmissibilidade das paixões políticas entre as gerações, o carnaval e as festas de rua realizados durante os períodos eleitorais, as apostas sociais, o pragmatismo da clientela, as táticas empregadas pelo povo miúdo para driblar o poder das estruturas sociais, e, até mesmo, pela fofoca (BOISVERT, 2007;2014).

O clientelismo que investiga deixa de ser pensado apenas como um dispositivo de controle da população, uma tecnologia de governo, para ser problematizado também como um fenômeno cultural. Nos seus escritos, o cliente ou o homem do interior não é um "pária" incapaz de lutar por uma vida melhor como sugeria Leal (2012) ao tratar do fenômeno do coronelismo (que não se confunde, obviamente, com o clientelismo), mas um sujeito pragmático que exerce também certa pressão sobre os núcleos do poder. Em seus textos, a visão preconceituosa construída pela imprensa cosmopolita, pela literatura e pelos memorialistas da história regional que inventou a tese do matuto do interior, tal como discutido pelos trabalhos de Júnior (2009) e Silva (2020) encontra uma resposta de tipo weberiana. O "matuto" é, na verdade, muito esperto e, em várias facetas da vida, é tão pragmático quanto qualquer comerciante aburguesado das grandes cidades cosmopolitas brasileiras.

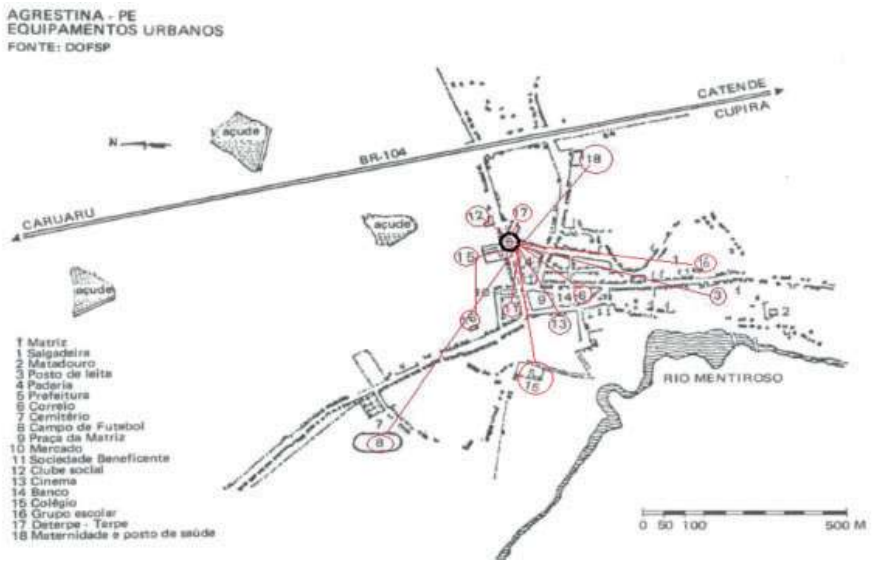
Não obstante, ela não negará a dimensão propriamente estratégica do clientelismo enquanto dispositivo do poder político destinado ao controle da população. A bipolarização política que se expressa ao nível das práticas cotidianas mas também na esfera do simbólico seria retroalimentada pelas proximidades entre os domínios do público e do privado. Unidade tópica presente nas entrelinhas do diagnóstico da autora e que dialoga de algum modo com a interpretação proposta por Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), em que se defendia, à luz de nossas raízes ibéricas, o traço patrimonialista do Estado brasileiro e a ausência de "espírito público" de nossa classe política. Eis, portanto, uma primeira aproximação do trabalho da etnóloga com o pensamento social brasileiro, uma aproximação que aponta para a *interdiscursividade* de seu discurso na medida em que este se filia a certos rastros da tradição analítica que buscou revelar as artimanhas da razão política na história brasileira pressupondo a existência de um certo pragmatismo sempre a orientar os discursos e as práticas de nossa classe política. Daí o choque, na realidade por ela investigada, entre os serviços ofertados à clientela, ao mesmo tempo empregados no sentido de suprir as necessidades mais elementares de uma população e, por outro, utilizados como instrumento à

serviço da hegemonia política dos chefes locais (BOISVERT, 2007)[3]. A antropóloga parece identificar no Brasil mais profundo da segunda metade do século XX a expressão de uma espécie de patrimonialismo provinciano que reinventará, ao seu modo, sua origem cosmopolita e colonial.

Essa preocupação da pesquisadora com a função política cumprida pelas instituições públicas e privadas que, de alguma forma, participavam das disputas "ideológicas" entre as elites locais pode ser observada numa ilustração gráfica da cidade utilizada em um de seus estudos. A partir dela é possível identificar esse aspecto importante na obra da autora que é uma preocupação sempre presente com a geografia dos lugares investigados. Seu estudo é, neste sentido, um esforço interdisciplinar que reúne signos do discurso histórico, antropológico e sociológico sempre mesclando tais signos do discurso científico e acadêmico com leituras detalhadas da relação estabelecida entre o "espaço" e os jogos de poder. Optamos em grifar na cor vermelha os pontos que se referem a espaços institucionais que ofereciam algum tipo de serviço para a população local na década de 1970.

3 Durante a década de 1960 até meados dos anos de 1980, os serviços públicos e privados eram também sistemas concorrentes. Durante a administração política de um determinado grupo familiar, posto que, no terreno investigado pela etnóloga, o poder político era disputado por duas importantes famílias locais, os serviços públicos passam a assumir a função de acolher a mão de obra ociosa de parte da clientela, e, neste sentido, tais serviços passam a garantir certa segurança política aos chefes locais, na medida em que a burocratização da administração pública funciona como vetor que alimenta o compromisso pessoal entre chefes e clientes. Por outro lado, os grupos rivais, uma vez derrotados nas eleições municipais, também passam a oferecer serviços à população, quer seja sob a forma de instituições filantrópicas que asseguram o direito da clientela (sobretudo daquela expressão derrotada nas urnas) a certos serviços fundamentais (saúde, educação, proteção jurídica, etc), ou sob a forma de serviços privados ofertados à população que também "abraçam" sua própria clientela, quer na condição de funcionários de uma burocracia paralela, quer na condição de sujeitos atendidos por um tipo de serviço que vem sempre acompanhado pelo Nome próprio que o assina, isto é, o nome de seu chefe político correspondente. (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020). É por essa razão que, embora a interpretação da autora guarde certa filiação com a interpretação fornecida por S. Buarque de Holanda relativa à instrumentalização do público pelos interesses privados de nossa classe dirigente, ainda assim ela parece ter dado um passo além na compreensão desse fenômeno, ao apontar que os serviços públicos e privados tanto podem ser articulados de modo dialético de acordo com os interesses particulares em jogo, quanto podem se constituir enquanto pólos de tensão e rivalidade no que diz respeito à conquista da atenção e da fidelidade de uma determinada clientela. Essas duas faces do problema, tal como discutidas pela autora, não são contraditórias e absolutamente não se anulam por completo, antes são complementares e vitais para o sucesso da empresa do clientelismo.

Figura 1: Planta da cidade de Agrestina na década de 1970



Fonte: adaptado pelo autor a partir de Boisvert (1973)

As linhas que definem o centro são também aquelas que constroem as margens, a periferia, os guetos sociais. É, desse modo, que a antropóloga analisa a "planta" da cidade: para problematizar a relação que há entre os lugares físicos, as avenidas, bairros, ruas, os diferentes modelos de habitação e o "lugar social" daqueles corpos que neles estão posicionados. Para a etnóloga, o mapa da cidade não é um instrumento meramente descritivo, mas aquilo que nos ajuda a compreender processos de estratificação social dispersos na paisagem que compõe uma geografia do poder. Em relatório por ela produzido no final da década de 1970, ela escrevia:

> Criação espontânea, a cidade traz inscrita nela a estratificação da população: a localização da residência situa socialmente o residente. O núcleo central onde se situa a matriz, a praça, a Prefeitura, o mercado, os cartórios, o banco, o cinema e o salão de recreio - como também os maiores estabelecimentos comerciais constitui o bairro residencial mais seleto. As famílias tradicionais de fazendeiros e agrocriadores moram neste núcleo e principalmente em volta da praça central, onde se encontram as casas residenciais mais lindas. Da praça saem três espigões onde residem as pessoas de nível de vida médio-baixo. Na parte suburbana, nas entradas da cidade se localiza uma população de trabalhadores avulsos do campo e da cidade, em parte marginalizada. Com o desenvolvimento de loteamentos e a fixação de

> novos contingentes populacionais, a fisionomia da zona suburbana se modificará, à medida de sua integração no perímetro residencial (BOISVERT, 1979, p. 127).

Se a distância que separa a diferença era um reflexo dos processos de estratificação social, também o eram o modelo das casas, os materiais de que elas eram feitas, e, certamente, sua localização na "planta" da cidade. Se a casa é, certamente, um símbolo do poder político e econômico, tal como pensado pelos trabalhos de Nobert Elias (2001) e Gilberto Freyre (2004), ela também é reveladora dos abismos socioeconômicos presentes numa determinada sociedade. Essa preocupação sociológica com a arquitetura das casas é uma questão importante no trabalho de Boisvert, sobretudo, porque ela é concebida como aquilo que também revela, no interior de uma comunidade aparentemente coesa e harmônica, os profundos níveis de estratificação social responsáveis pela construção da nobreza das casas do centro (e a de seus moradores) e a marginalização das áreas periféricas e sua população.

Nesta cidade provinciana inscrita na história do Brasil profundo da segunda metade do século passado, a Casa própria foi eleita, segundo a pesquisadora, como o principal sinal externo da riqueza ou da miséria de sua população (BOISVERT, 1979). A casa, por essa razão, é também um signo que marca o corpo da cidade revelando os abismos socioeconômicos existentes entre as mais distintas classes sociais. Se a gramática dos processos de identificação política "unia" a clientela em torno dos chefes locais, reunindo também os clientes das mais diferentes posições sociais em certas ocasiões festivas (especialmente no contexto das comemorações em razão da vitória desta ou daquela liderança política durante a realização dos pleitos eleitorais), as condições materiais da vida, "reveladas" pela geografia da cidade e impressa na estrutura das habitações questionarão a suposta harmonia entre as classes.

> A habitação de paredes de alvenaria de tijolos batidos, telhado de telhas canal ou telha inglesa, piso de mosaico e tacos é o tipo mais luxuoso. Apresenta uma areazinha na frente, gradeada, e a fachada está coberta de azulejos de cores vivas. Esse tipo de casa dispõe de iluminação elétrica, água encanada, e de instalações sanitárias mais modernas, com aparelhagem eletrodoméstica completa e televisão. É de grande dimensão, estucada, e geralmente prolonga-se com um vasto quintal. O casebre de taipa, com piso de terra e dimensões reduzidas é o tipo mais simples de habitação que se encontra tanto no meio rural como na parte suburbana da cidade (BOISVERT, 1979, p. 157).

Parafraseando João Cabral de Melo Neto, essa é uma educação antropológica que se faz a partir das *pedras*, da *cerâmica* e dos *azulejos* (e suas ausências); do *barro*, dos *tijolos* e *taipas*. O estudo da etnóloga nos convida, portanto, a fazer da observação do espaço e seus contrastes um experimento sociológico e político. Daí sua preocupação

com a descrição das *formas*, das *cores,* dos *ambientes*, das *ruas*, dos contornos que desenharam política e historicamente a cidade. Neste sentido, sua obra também dialoga com os modos pelos quais Gilberto Freyre pensou e escreveu sobre o Brasil e, especialmente, sobre o Nordeste que também ajudou a inventar (JÚNIOR, 2009).

Essa é, pois, uma segunda marca epistêmica do pensamento social brasileiro impressa no corpo de seus escritos, isto é, essa forma de *escrita* que se comunica com o *olhar,* esse texto que constrói paisagens, imagens e telas inteiras para o leitor, uma marca importante dos textos freyrianos. Todavia, Boisvert está mais interessada em "revelar" as contradições sociais que a arquitetura e a geografia do lugar nos informam do que fazer do espaço, tal como decidira fazer Freyre, o objeto de um saudosismo que lia a contragosto e como ameaça a circulação de signos da modernidade num mundo que deveria, segundo o bom e velho conservadorismo freyriano, afirmar a soberania do local sobre o global, da região sobre a nação, do passado sobre o presente e o futuro.

A partir dos elementos que compõem a planta da cidade é possível avançar no debate proposto por Boisvert relativamente ao sentido político dos serviços ofertados à população. Primeiramente, é possível notar que a localização das instituições que prestavam algum tipo de serviço à população local estava disposta estrategicamente de modo a percorrer as diversas linhas e contornos que formavam a cidade (especialmente esses "espigões" que partem do centro). Geografia do poder que pretende encontrar o corpo social (e sua clientela) onde quer que ele busque refúgio. Os "pontos" que ligam as instituições à sede do poder executivo local não necessariamente pretendem representar a correspondência ideológica muito menos alguma equivalência do ponto de vista de seus objetivos políticos. Essas instituições são lugares de poder administradas por uma clientela que também se tornará burocrática e que disputa, por assim dizer, a "atenção" da clientela menor, do "povo miúdo", gente periférica, em grande parte marginalizada, como sugere a autora, que vive nos limites da cidade mas que vai à "rua" (centro da cidade) sempre que a "necessidade" fala mais alto.

Analisemos com mais detalhes os sentidos políticos e simbólicos destas distâncias que separam os espaços. Em alguns casos, como na distância entre um e outro círculo no mapa (pontos 18 e 16, por exemplo), essa representação serve para ilustrar como os antagonismos políticos terminavam por imprimir sua marca na própria configuração dos espaços urbanos; dispondo, por exemplo, a necessidade de uma distância física entre este ou aquele grupo escolar, esta ou aquela instituição filantrópica, este ou aquele posto médico, etc. A *maternidade* e o *Grupo Escolar* eram, na década de 1970, instituições administradas por blocos políticos distintos (e distinta também era seu corpo burocrático e, igualmente a clientela que procurava ser por elas atendida) que disputavam entre si a hegemonia do poder local e essa distância estratégica que separa uma instituição da outra pelo dispositivo de poder que passa a ser o *bairro*, a *avenida* ou a *rua* não deve ser lida como desinteressada. Bairros, ruas, avenidas, escolas e espaços recreativos também se transformam em lugares de memória cuja função deverá ser eternizar a passagem pelo mundo de certos indivíduos beatificados pela nobreza de suas respectivas biografias que o discurso político e, mais ainda, o memorialista, nunca deixam no olvido.

Em outros casos, a distância entre os lugares reproduzirá uma certa representação que habita o imaginário popular relativa às fronteiras entre a vida e a morte. É o caso, por exemplo, do cemitério local. O cemitério é o lugar que a cidade escolheu historicamente para guardar os seus mortos ou para afastá-los dos vivos. Mas ele é também, tal como pensado por Philippe Ariès (2001), um lugar das fronteiras entre memória e esquecimento, a presença e o anonimato; um lugar marcado pelo poder. Em quase toda cidade do interior pernambucano da segunda metade do século XX e, também no terreno investigado pela pesquisadora francesa, é possível observar na disposição entre covas ou mausoléus, este contraste que parece reificar as fronteiras sociais que dividiram os corpos ainda em vida. Grandes construções funerárias decoradas com vasos cerâmicos de qualidade, flores artificiais de cores vivas ou naturais cujo aroma pretende vencer o cheiro da morte, retratos de pessoas cuja nobreza a morte não aplacou gravados em porcelana importada a contrastar com covas rasas ou jazidas à meia parede; róseas, verdes, azuis, encarnadas ou pálidas como neve, com diferentes tonalidades do branco à cal, com pouca ou nenhuma informação que nos diga algo sobre aqueles que ali dormem o sono eterno.

Encerrados em um mesmo "lugar", os restos mortais de nossos antepassados parecem ainda assim divididos por uma hostilidade que os antagonismos socias definiram como de morte. O cemitério não é um lugar para o repouso pacífico. Há nele também um "dentro" e um "fora", centro e periferia, presença de nomes e sua ausência absoluta, luz e escuridão, memória e esquecimento. Boisvert (2007; 2014) nos diz como, nesta cidade, os antagonismos sociais acompanharam as gerações, os filhos herdando os desentendimentos dos pais, mas, ao que parece, eles resistiram igualmente à morte dos corpos, que, ainda que sepultados, continuam marcados por sua condição de classe.

Na ilustração utilizada pela pesquisadora, a prefeitura municipal e a Igreja Católica disputam a centralidade nessa geografia do poder local. Os traços que ligam as instituições filantrópicas, públicas e privadas à sede do poder executivo ora podem ser lidas como uma extensão orgânica em que o poder dos chefes encontra as demandas da clientela, ora como um ponto de resistência, tensão e não correspondência do ponto de vista político. O essencial é que esses lugares são lugares de poder, são dispositivos que dão forma ao espaço social e substancialmente aquilo a que se poderia chamar de um abraço ideológico que se realiza no cruzamento entre chefes, clientes e corpo burocrático. Não se pode entender, portanto, a eficácia simbólica (e política) dos serviços ofertados à população sem que se articule a geografia dos espaços urbanos aos jogos de poder. Na mesma direção, não é possível capturar a profunda simbologia que imprimiu sua marca nas avenidas, bairros, ruas, praças e prédios públicos sem que se problematize a construção do laço social que os uniu à certa gramática do poder construída sob o império do Nome próprio ou "flertando", de vez em quando, com a iconografia dos Santos (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020).

Isso ajudaria a entender, por exemplo, o fato de hospitais, grupos escolares, espaços recreativos, praças, bairros, avenidas e ruas estarem sempre associados ao Nome de um particular que cristaliza em torno de si certas demandas da população local.

Muito mais do que lugares de memória que por vezes comunicam os vivos aos mortos, essa gramática do Nome próprio cumpria o objetivo de amarração do laço social que unia as demandas dos vivos ao desejo de eternidade das elites políticas que lhes governavam. Esse procedimento estratégico em que se associava a *coisa* ao *nome,* o serviço dentário, educacional, hospitalar, jurídico ou recreativo geralmente apresentado à população como uma extensão do Nome próprio, as vezes fortalecido pela dialética que unia o céu e a terra, quando o político decidia nomear a escola (Santo Antônio), a praça (Padre Cícero) recorrendo à iconografia dos santos que povoam o imaginário da gente católica (SILVA. 2020).

Em 1979,. a pesquisadora francesa indagava: Quem exerce a liderança política em Agrestina? Para em seguida afirmar o seguinte:

> Em 1966, a vida política e social de Agrestina apresentava uma bipolaridade. Havia dois chefes políticos que brigavam para conseguir a maior clientela, conservando assim vestígios do antigo regime de coronelismo. Cada partido mantinha uma cooperativa de crédito, um posto de saúde, um posto odontológico, um clube social, várias escolas profissionais (de corte, costura e bordado, de datilografia). Esta dualidade atingia todos os setores da vida comunitária da cidade: nas relações entre as famílias, nas relações profissionais, na vida recreativa, até na vida religiosa, já que o vigário havia tomado uma posição política e se tinha oposto energicamente a um espírita que influenciava parte da população (COLLETE, 1979, p. 129).

Nessa passagem, a etnóloga estende no tempo certas práticas associadas ao coronelismo. Essa presença, por sua vez, pode ser lida como acontecimento discursivo importante que demarca o encontro do presente com o passado, do discurso do progresso que insistia na necessidade de racionalizar a política no Brasil e a tradição que fundou as bases do clientelismo em vastas regiões do Nordeste brasileiro. Ainda que os caciques do poder local não possam ser identificados, *in totum,* à figura do coronel, imagem típica do Brasil rural da Primeira República (1889-1930) pintada por Victor Nunes Leal, certas práticas políticas vigentes nos anos de 1960 até 1980 torciam e atualizavam certa gramática clientelista supostamente ultrapassada pelos ventos descontínuos da modernização. Modernização conservadora, diga-se de passagem.

Dois anos após a instalação do Regime Civil Militar brasileiro, no Brasil mais profundo as relações sociais não seriam governadas, apenas ou majoritariamente, pela presença do signo da interdição federal, mas pela força de lógicas supostamente superadas da história nacional. No Brasil profundo, portanto, as regras do jogo político não seguiam automaticamente as diretrizes formuladas pelos burocratas e ideólogos do Governo dos Militares, ainda que tais regras contra-hegemônicas terminassem por ajudar a construir e fortalecer a representação de uma realidade política supostamente democrática, marcada pelo diálogo, pela solidariedade e pelo compromisso mútuo de

todos os cidadãos com o progresso da nação, como insistentemente buscava fazer crer, a nível nacional, a máquina ideológica do Regime Militar brasileiro e seus vários tentáculos religiosos ou secularizados (REZENDE, 2013; SILVA, 2020).

Um outro aspecto importante no trabalho da autora diz respeito às relações entre os mundos rural e urbano. Para ela, as fronteiras entre urbano e rural são bastante tênues e artificiais; nem a cidade, nem o campo, podem ser pensados como realidades separadas no tempo e no espaço. O estudo de Boisvert mostra como os sinais da "modernidade" percorreram espaços em ritmos diferentes nas grandes e pequenas linhas que cortam a carne da cidade. Também nos ofereceu pistas importantes para compreender como as cidades "periféricas" brasileiras construíram, na segunda metade do século XX, suas próprias periferias, isto é, como o interior fabricou o excesso que nele não cabe senão sob a forma do intruso, do inquilino social; como a cidade era, em muitos aspectos de sua rotina: rural, camponesa, brejeira e, simultaneamente, comercial, burguesa, cosmopolita no espírito pragmático dos sujeitos políticos. Ela também nos diz como o Brasil do Regime Militar, marcado pela propaganda e "sucesso" da ideologia do progresso teve que lidar com certas gramáticas políticas que demarcaram, naquele presente, a co-presença sempre constante de certos "passados que não passam". Tradição e modernidade andando juntas; trocando carícias, beijos, abraços, socos e cotoveladas.

Se a análise da autora pode ser descrita em algum momento como weberiana justamente porque não admite a "burrice" do cliente e/ou sua submissão voluntária aos caprichos dos chefes locais (ou ainda a submissão destes últimos aos poderes estaduais ou federais) é verdade que ela também parece não admitir como válido o argumento "weberiano" (amplamente empregado nas pesquisas inscritas sob o signo da história regional e local nordestina) segundo o qual tradição e modernidade caminham em lados opostos ou que a condição para a implantação da segunda seria um distanciamento/ruptura relativo à primeira. Alguns registros iconográficos daquela época parecem nos informar relativamente a esses contatos entre o rural e o urbano, que também são contatos (por vezes raivosos, por vezes dialéticos) entre tradição e modernidade. A partir delas também é possível ter uma visão aproximada daquilo que poderíamos chamar de uma estética da estratificação social.

Figura 2: Os sinais do aburguesamento no centro da cidade na década de 1950



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina.

Figura 3: O abraço iconográfico entre rural e urbano no ano de 1966



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina.

Figura 4: As mulheres/lavadeiras em direção à "rua" (cidade) em 1966



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina.

As imagens 3 e 4 são registros fotográficos produzidos pela própria Boisvert em suas visitas sucessivas ao terreno investigado. Mais tarde, em suas últimas visitas à cidade, estas e outras fotografias seriam doadas pela pesquisadora ao então Secretário de Cultura do município e passariam a fazer parte do acervo iconográfico da Secretaria de Cultura Municipal, sendo utilizadas em diversas atividades pedagógicas desenvolvidas pela comunidade escolar da cidade no período mais recente. Levando em consideração o fato de que a fotografia não deve ser interpretada como um reflexo desinteressado do real, mas como uma representação social marcada pelo *lugar social* e pelos objetivos das lentes fotográficas, chama a atenção a preocupação da etnóloga em captar a função social das mulheres, seu movimento, e, sobretudo, uma espécie de dialética envolvendo signos do mundo rural e urbano, mais acentuados na imagem 3. Novamente, assistimos a essa proximidade entre o escrito e o visual, o texto e o olhar, que articula o diário de anotações à câmera fotográfica para construção do arquivo; um caminho metodológico que Boisvert já exercitava em Portugal durante suas pesquisas realizadas na região do Alto Minho (BOISVERT, 2004).

O resultado deste olhar (ou aquilo que ele também pretende nos mostrar/dizer) é a produção de um diagnóstico segundo o qual o rural não é aquilo que se opõe ao urbano, mas aquilo mesmo que o cerca, aquilo que lhe abraça de maneira tão profunda que termina por "invadir" seu "perímetro" para lembrar aos que lá vivem a absoluta contingência das fronteiras entre automóveis e foices, estrovengas e sobrados, homens, animais e crianças, tradição e modernidade. Neste Brasil profundo que muitos autores descreveram como o Brasil real, numa tentativa de identificar os elementos que comporiam algo como a verdadeira "essência" da nacionalidade brasileira, *o urbano é o rural, e o rural é o urbano*. A mesma dialética que uniu o céu à terra, isto é, os santos

do Nordeste e muitos sacerdotes católicos ao *nu* da política, também "uniu" machados, facas, lenços e garrafadas aos sobrados, casas comerciais, automóveis e bicicletas.

Uma "união" paisagística, simbólica e cultural que não se fez sem o uso de certa violência simbólica cometida por vozes urbanas e citadinas que, na mesma medida em que vão se "aburguesando" passam a denunciar os "excessos" de ruralismo e práticas religiosas que escapavam à oficialidade dos ritos católicos, muitas delas incorporadas no *hábitus* do homem rural que migra para a cidade. "Em Agrestina é assim. Dentro da cidade não se pode mais respirar, pois a criação de porcos nos quintais cria uma fedentina insuportável que invade a cidade", denunciava o citadino e letrado Heretiano Couto no final dos anos 1960 nas páginas do *Diario de Pernambuco.* O Bispo Diocesano da cidade de Caruaru escreveria, em visita à cidade, que sua gente: "é um tanto inclinada a acreditar em feitiçarias, catimbós e espiritismo"[4], revelando, desse modo, as diversas fronteiras sociais que dividiam os grupos e classes sociais. É sintomático, portanto, que o homem (Figura 3) que vira às costas para seu fotógrafo e que parece caminhar em direção à "rua" (centro da cidade) o faça munido de certas ferramentas que tornam esta paisagem profundamente enigmática. Este homem que desconhecemos o rosto e o Nome, talvez nos provoque também relativamente às contradições, desafios e tensões sociais que a vida nas cidades do interior deve ter representado para centenas de camponeses que nelas se estabeleceram na segunda metade do século passado. Para entendermos os sentidos dessa migração campo/cidade, será preciso exercitar a "imaginação" em um terreno ainda pouco discutido até aqui: a economia política do clientelismo. Foi nesta direção que nos convidou a pensar Boisvert; ouçamos o que ela tem a nos dizer.

3. A economia política do clientelismo

Segundo Boisvert (2007), uma das forças que colocam em movimento as relações clientelistas se expressa em razão da escassez. O clientelismo nasce sempre num contexto marcado pela falta de alguma coisa. Ele é uma tentativa política de preencher um certo vazio. *"Clientélisme religieux, clientélisme politique, la pratique clientélaire est adaptée em período de pénurie. Elle est une réponse pragmatique à l'accès inégal aux ressources, à l'absence d'autonomie des groupes dominés; à l' absence d'um marché du travail inifié"* (BOISVERT, 2007, p. 215). A falta de autonomia política dos grupos dominados e a construção dos laços sociais cliente/chefe reflete, de algum modo, a falta de autonomia em operação no plano da vida econômica, decorrente, no caso em tela, da falta de um mercado de trabalho unificado no terreno investigado. Daí a emergência da lógica da dependência política, impulsionada por profundos níveis de desigualdade social e aliviada, no plano da psicologia individual, pelos processos afetivos que sedimentam as relações de troca simbólica, de solidariedade e os processos de identificação política que devem unir chefes/clientes, cliente/chefes. A identificação dos clientes relativamente aos chefes locais é também uma resposta pragmática ao problema da escassez.

4 Libro tombo n. 3, 1965, folha 102.

Pragmatismo político que se expressava em um duplo registro marcado pelo encontro "simbiótico" das demandas da clientela com as demandas hegemônicas da classe política dirigente. Primeiro, uma resposta dos atores sociais marginalizados ao problema do acesso desigual aos recursos materiais (ou aos serviços públicos/privados) e, neste sentido, uma espécie de tática a partir da qual a massa "dominada" buscava na rede de relações de fidelidade com os chefes certa segurança material[5]. A tática, como bem lembrava Michel de Certeau (1998) pode ser descrita como "a arte do fraco", isto é, o emprego, pelos sujeitos, de certo conjunto de práticas que lhes permitem "driblar" a coação exercida pelas estruturas sociais, um modo de fazê-las funcionar dentro dos limites de um horizonte de expectativas que não lhe seja totalmente estranho. Depois, *como estratagema mobilizado pela classe política dominante no intuito de refrear processos de convulsão social*. Para Boisvert (2007; 2014), o clientelismo produz as condições para um ajustamento social considerado necessário pelas elites políticas e se baseia numa relação de mútua dependência marcada: (a) pela proteção personalizada que o cliente busca encontrar na fidelidade e compromisso devotados ao chefe; (b) na previsibilidade dos movimentos da clientela que os chefes buscam captar uma vez estabelecida aquilo que ela denomina como "ética da troca".

> *Elle crée um réseau de solidarité avec des relations cliente-leader em chaîne, les partenaires conservant leur mutuelle dépendance qui legitime em quelque sorte ce lien. Dans la Société brésiliene, ler apport de clientèle est une constante qui joue um rôle d'ajustement social, dans la mesure où la protection personnalisée permet um certain partage de la rareté. Il freine ainsi l'explosion de vionences induites par les disparités croissantes des conditions de vie, em maintenant une part d' affectivité dans les relations humaines du haut em bas de l' échelle sociale* (BOISVERT, 2007, p. 215-16).

Mas, se práticas clientelistas que engrossaram o caldo desta espécie de racionalidade política hegemônica – que, no terreno investigado pela etnóloga, percorre o período da Ditadura Militar e se prolonga também no contexto do processo de

5 Essa segurança se expressa em pelo menos dois níveis: a) no plano do acesso aos serviços ofertados à população pelos grupos políticos; b) no plano do ingresso no serviço público municipal, isto é, por meio da ampliação do corpo burocrático dos poderes municipais. A clientela, neste sentido, não pode ser classificada como um ator político irracional cuja identificação com as lideranças políticas locais se torna efetiva mediante uma espécie de servidão voluntária. Pelo contrário, a fidelidade do homem do interior aos chefes políticos locais estava subordinada à possibilidade da proteção (jurídica, política, econômica) que os laços sociais acarretavam. Nessa direção, a pesquisa desenvolvida por José Romildo de Souza Lemos Júnior (2014) revelou como, nesta sociedade do interior pernambucano, as relações entre chefes e clientes eram também mediadas pelo signo da proteção que os eleitores visavam obter junto a seus chefes políticos desde o início do século XX. Uma prática muito em voga no interior pernambucano deste período era, por exemplo, a intervenção política/jurídica dos chefes locais junto aos órgãos de polícia quando da prisão de seus clientes por pequenos crimes cometidos contra a ordem pública. E isso se estendia até os níveis do poder judiciário o que acabava por converter os chefes políticos locais em espécies de juízes, mas, também, ótimos advogados. Fora do laço social construído pelo clientelismo, entretanto, os indivíduos estavam "condenados" à própria sorte.

redemocratização – ainda pairavam sobre a sociedade local, moldando a cultura política daquela comunidade e a preenchendo com um excesso de passado, a disposição da propriedade privada da terra destoava do modelo mais geral que sedimentou a construção dos grandes latifúndios em regiões como a Zona da Mata e o Sertão pernambucano daquele período. Segundo a autora, as principais atividades produtivas (a agricultura e a pecuária) estavam dispostas num regime de policultura em que a pequena propriedade da terra era a regra. As estruturas de poder, portanto, não encontravam na propriedade privada dos meios de produção sua pedra angular. Daí a insuficiência de certas leituras marxistas de intelectuais brasileiros dos anos de 1960 (Nelson Wernek Sodré, por exemplo) que tentaram feudalizar o mundo rural brasileiro ou definir fronteiras mais ou menos fixas entre rural e urbano, a tradição agrária/oligárquica e a modernização da economia brasileira.

Na pequena cidade do interior pernambucano das décadas de 1960/70, o número de propriedades rurais com até 10 ha de extensão superava, exponencialmente, o número dos estabelecimentos acima de 10 ou 100 ha. Na década de 1970, "76,7% dos estabelecimentos do município têm menos de 5 ha" (BOISVERT, 1973, p.164). Por esta razão, a etnóloga conclui que a propriedade privada da terra assumia a forma predominante do microfúndio. "No município de Agrestina, a terra é ainda mais dividida, já que 91,8% dos estabelecimentos têm superfícies inferiores a 10 ha"[6]. Advém deste cenário, entretanto, o desnível econômico que separa o grande proprietário de terras que orienta todos os esforços produtivos para a pecuária, e o pequeno proprietário que dedica todos os seus esforços na manutenção de uma policultura de subsistência e para o suprimento do mercado interno (feira de rua), e mercados próximos (cidades vizinhas como Caruaru, Palmares e Recife).

Para assegurar a sua existência, o pequeno agricultor divide-se entre as atividades em pequenos roçados, a criação de uma, duas, no máximo três vacas de leite e alguns porcos, e a realização de pequenos serviços remunerados em fazendas maiores. Em períodos de maior escassez, desenvolve outras atividades profissionais, na zona urbana da cidade ou em cidades circunvizinhas. Assiste-se neste momento ao fenômeno da proletarização do mundo rural, fortalecido, naquela comunidade, pela instalação e ampliação, nas décadas de 1980/90, de uma série de pequenas e médias unidades produtivas no ramo da avicultura (BOISVERT, 2007). Essa distância que separa os dois tipos de proprietários (o pequeno agricultor e o fazendeiro doutor) aparece nesta passagem conclusiva realizada pela autora:

> O pequeno agricultor e o grande fazendeiro já não tem nada em comum. O primeiro tem que cultivar um mínimo de 2 a 3ha para sustentar uma família de 5 pessoas, permanecendo indefeso perante as variações climáticas e as flutuações do mercado, de que ele depende estreitamente. Abaixo de 2 ha de culturas, deve contar com outros recursos. Emprega-se como trabalhador

6 *Id. Ibid.*, 147.

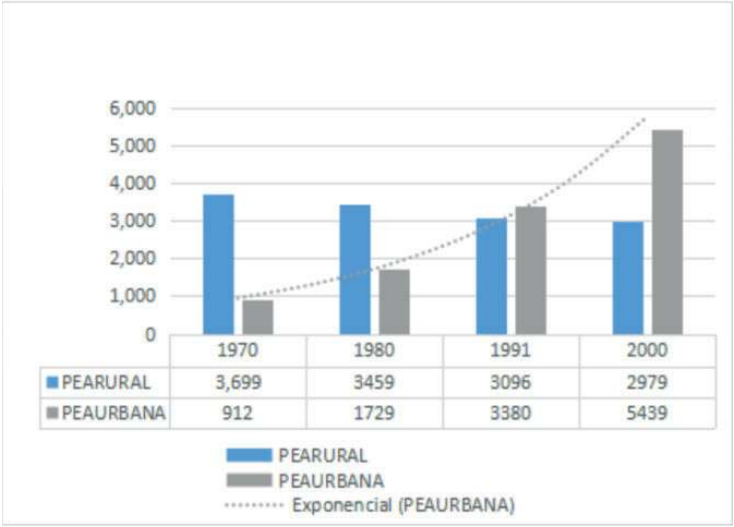
> agrícola no município ou na zona canavieira na época da safra, ou exerce outra atividade: carvoeiro, comerciante ambulante, artesão, etc. Os mais jovens migram para S. Paulo. Ao contrário, o grande fazendeiro, que muitas vezes dispõe de outras fontes de rendas (profissão liberal, alto funcionário) se orienta para uma pecuária comercial. Vive afastado da sua fazenda onde só passa alguns dias de férias ou de fins de semana, e onde recebe amigos da cidade. A atividade pecuária segundo os métodos modernos constitui para ele um investimento seguro e rendoso (BOISVERT, 1973, p. 164).

A proletarização da economia rural é reveladora da absoluta precarização das pequenas propriedades agrárias. O microfúndio não foi o resultado de uma reforma agrária planejada de modo a suprir os pequenos agricultores dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas próprias forças produtivas. Os métodos modernos de melhoramento do solo e aplicados genericamente à pecuária são privilégios que cabem apenas ao médio ou grande fazendeiro. Na década de 1960, "quase não se utiliza o arado puxado a bois na área do município. A enxada e a estrovenga, juntamente com a foice e o machado são os únicos instrumentos agrícolas" (BOISVERT, 1973, p. 150). Esse atraso tecnológico refletia, de algum modo, os profundos desníveis econômicos que "separavam" o pequeno agricultor do fazendeiro/doutor; título quase genérico reservado por força da tradição aos senhores da terra e do gado. Título que, segundo as observações da etnóloga, os clientes urbanos/rurais vão empregando também para nomear a pessoa do seu chefe político (BOISVERT, 2007).

A difícil situação econômica dos camponeses da "aldeia" a partir de 1980, resultado de uma proletarização da mão de obra rural impulsionada pelo "boom" da indústria avicultora na região e da precarização das pequenas unidades produtivas voltadas à subsistência (fortalecidos, esses dois fatores, pelo aumento da violência cometida contra a população rural e pelo "fascínio" exercido pelas promessas de uma vida melhor nos centros urbanos) irá impulsar o recrudescimento do êxodo rural. Muitos indivíduos migram para São Paulo, especialmente os jovens, prefaciando a partida também de irmãos, primos e famílias inteiras, engrossando assim o caldo do fenômeno das migrações internas no Brasil da segunda metade do século XX. Outras famílias também trocam o campo pela cidade que vai ganhando novos contornos sociais, políticos e culturais. A cidade, especialmente nas zonas que escapam aos "espigões" e demandam na direção das periferias, vai sendo "tomada" por mais e mais cheiro de carne humana. *"L' insécurité croissante des campagnes chasse les petits producteurs isolés et sans défense vers la ville" e "(...) Les plus pauvres s'installent dans des zones insalubres aux marges de la ville, des favelas"* (BOISVERT, 2007, p. 203).

No gráfico abaixo, podemos analisar um crescimento exponencial da população economicamente ativa na zona urbana da cidade entre 1970-2000, e, inversamente, a diminuição da população rural. Tais informações vão de encontro às observações realizadas pela pesquisadora.

Gráfico 1: População economicamente ativa na cidade de Agrestina



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Se a propriedade privada dos meios de produção não era a pedra angular em que repousava a dominação política, onde, então situar, o cerne dessa questão? A abordagem da pesquisadora oferece algumas pistas. Com base em seus próprios escritos e no diálogo que estabelecemos com outras fontes a tese da autora é de que, concomitantemente ao aumento demográfico que se observa na cidade nas últimas décadas do século XX e a gradativa ampliação e centralização política dos serviços públicos ofertados à população, estes passaram a ocupar esta função estratégica. O que ocorre aqui é a própria instrumentalização dos serviços (e das relações que a clientela estabelece com seus chefes) que, se, por um lado, se tornam essenciais para uma população cada vez maior, por outro, arrocham o nó da ética da troca, apertam cada vez mais os laços que unem as demandas e fantasias da clientela ao Nome próprio em torno do qual todas elas devem gravitar.

A clientela urbana continuará "fiel" a seus chefes, mas passará a exigir com mais intensidade o seu ingresso na condição de membro do corpo burocrático do coração econômico da comunidade - a Prefeitura Municipal - como uma resposta do poder político à palavra empenhada e condição de sua fidelidade. Uma vez estabelecida a ética da troca, a fidelidade do cliente está assegurada, não apenas em termos eleitorais, mas também na defesa sempre vigilante e intransigente da reputação moral dos chefes. Segundo a etnóloga, *"Um exemple de faveur accordée par l'ensemble de la clientèle à son chef est la défense de as réputation, associée à la destruction de celle de l'adversaire, sachant que chaque propôs leur revient aux oreilles, dans une société où le principal leur maximum de l'information reste la parole"* (BOISVERT, 2007, p. 213).

O significante mestre capaz de assegurar a hegemonia das elites políticas urbanas não é a propriedade do grande latifúndio, mas a redistribuição dos recursos do próprio Estado. Com o enfraquecimento de um dos blocos políticos em disputa (resultado de uma série de derrotas eleitorais ao longo de cinco décadas), se enfraqueceu também sua capacidade de organização dos serviços paralelos que disputaram, durante os anos de 1960 e 1970, a atenção da clientela local com aqueles serviços ofertados pelo poder executivo. Nesse contexto de mudança, os prefeitos municipais eleitos passam a figurar como o único elo de ligação entre o "povo" e os recursos estatais que, a partir deste momento, apenas eles são capazes de redistribuir. O clientelismo pode ser agora pensado enquanto um grande sistema que comunica a província à metrópole, o pequeno município aos gabinetes dos poderes federais, às demandas "populares" aos cofres do Estado. Daí a regularidade que ela identifica no discurso político dos chefes das últimas décadas do século XX: a referência sempre constante aos "bens do povo", às "necessidades do povo" e, entre a clientela, o fortalecimento de uma "mentalidade de assistidos" (BOISVERT, 2007). Segundo a autora, o esfacelamento dos sistemas de distribuição paralela de recursos representou, por sua vez, o fortalecimento do poder central; a prefeitura se torna o centro gravitacional da vida coletiva na comunidade. É a nova *Casa Grande* do Agreste contemporâneo.

Segundo a etnóloga, por um lado, isso também fortalece o poder pessoal dos prefeitos eleitos, já que "*la redistribuition est la clé de l' autorité et du prestigie pour le leader. L'absence de redistribution, nous l'avons vu, libère la clientèle de son devoir de fidélité*" (BOISVERT, 2007, p. 214). É a vitória, portanto, do paternalismo e do filhotismo, dois "braços" do clientelismo. Por outro lado, este momento de transição decisiva assinala também para uma reorganização dos antigos laços sociais (novas gerações aparecem, tensionando os antigos enredos da tradição política) e aponta para um momento importante na história política do município em que os clientes passam a pressionar os chefes com suas próprias demandas como garantia da fidelidade. É a vitória da individuação dos destinos da vida coletiva. O pragmatismo da clientela passa a agir, desse modo, como um contra-poder numa realidade social caracterizada pela importância de demandas individuais e/ou familiares. A fidelidade dos clientes com relação aos chefes só muito raramente é gratuita ou se pauta, apenas, pelos laços de sangue; ela será, inversamente, sempre interessada e isto representará mesmo um desafio ao poder estabelecido, sempre pressionado pelas gentes do povo a cumprir a palavra empenhada na ética da troca. O cliente não atendido em sua demanda no presente é um inimigo raivoso nas próximas eleições. Se sua família é numerosa, potencializam-se os efeitos do destrato.

O principal método empregado na redistribuição dos recursos federais e/ou estaduais é, sem dúvida, a incorporação da clientela no corpo burocrático municipal. Uma parcela importante destes recursos chega sob a forma de salário para o funcionalismo público que, por sua vez, encontrará nele a garantia do pão na mesa. Para os chefes políticos eleitos, *"Ses responsabilités municipales lui permettent d'élargir as clientèle et de la fidéliser em octroyant des emplois municipaux"* (BOISVERT, 2007, p. 208). Os clientes agora são zelosos funcionários, são "funcionário patrimoniais" conforme o modelo definido por S. Buarque de Holanda (1995), e sua atuação

direta ou indireta no serviço público passa a ser encarada como uma das únicas possibilidades de ascensão social numa realidade que, apesar do progressivo aburguesamento, mais visível nas últimas décadas do século XX, permanecerá refém das oscilações do mercado de trabalho de cidades mais agitadas e desenvolvidas cujo maior exemplo é a cidade vizinha de Caruaru.

Desse modo, a proletarização do cliente urbano se deu mediante a sua conversão em "funcionário patrimonial"; único meio enxergado pelas elites dirigentes como capaz de garantir algum tipo renda para uma população cada vez maior e órfã de um mercado de trabalho dinâmico e vivo. Este tipo de proletarização que fez do serviço público local o equivalente às fábricas inglesas do século XIX, agirá como principal condição de certa previsibilidade do comportamento eleitoral da população local e, portanto, antecipará, em muitos casos, o próprio resultado das eleições municipais (BOISVERT, 2007, SILVA, 2020). Na contramão daquilo que autores como Edson Nunes (2003, p. 34) denominaram como "insulamento burocrático", isto é, o programa que visava criar, na administração pública brasileira de certo período, "ilhas de racionalidade e especialização técnica" como forma de reduzir o "escopo da arena" em que predominavam os interesses particulares, as relações de parentesco e os ditames do "coração", a urbanização no Brasil mais profundo e o alargamento dos serviços públicos realizará o casamento duradouro entre *burocratização* e *clientelismo*, *funcionalismo patrimonial* e *fidelidade eleitoral.* Com efeito, "a burocracia apoia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário" (NUNES, 2003, p.33).

Para a Boisvert, um dos únicos meios possíveis de quebrar os efeitos desta "ética da troca" é a recorrência às práticas do ilegalismo político, e, isto porque *"le recours systématique à l'achat des votes par exemple va à l'encontre de la ralation clientaire parce qu'elle détruit l'éthique de l'échange"* (BOISVERT, 2007, p. 213). Por razões óbvias, esse tipo de prática não se aplica aos clientes que avaliariam como um ultrage moral à sua posição diante do líder a simples propositura de tal estratagema. Mas, se para o cliente fiel essa "aposta" fere a ética do laço social construído, o mesmo não se poderia dizer das ovelhas desgarradas do rebanho cuja fidelidade, sempre flutuante aos valores do mercado, será tanto maior quanto maior for o preço da palavra empenhada. Essa é, talvez, a dimensão mais obscura do clientelismo descrito pela pesquisadora francesa e, paradoxalmente, aquela que realmente ameaça e desequilibra permanentemente a ordem (previsibilidade) estabelecida. O grande espectro que ronda a segurança política dos chefes eleitos é a personagem quase "mítica" do homem de fortuna. Tê-lo como inimigo representa uma ameaça real aos lugares sociais ocupados pelos chefes e clientes, por isso, a conquista de seu apoio, simpatia e amizade terá um valor inestimável para os donos do poder.

Na cidade, que vai se urbanizando lentamente e "recebendo" novos moradores com relativa desconfiança, o estrangeiro é lido como potencial ameaça aos papéis desempenhados pelos atores sociais, especialmente pelos membros do serviço público municipal. Nesta passagem conclusiva, a etnóloga assim definiu o sentido destas "novas" relações políticas e o papel cada vez mais importante que a prefeitura municipal passa a desempenhar na construção dos destinos do povo:

> La population urbaine est constitueé ainsi d'anciens es de nouveaux arrivants, plus ou moins assimilés et considérés avec suspicion par les premiers qui tiennent les emplois municipaux. En effet, dans une situation de chômage et de sous-emploi permanent, le plus grand employeur, sion le seul, rest la mairie. D' où l'importance accrue des relations des électeurs avec leurs candidats et le developpment d'une mentalité d'assistés chez les nouveaux arrivants. En l'absence d'industries, le commerce, légal et surtout illégal, est le seul contre-poids économique à la dépendance vis-a-vis des autorités locales. Toutefois cette dépendance économique qui encourage le s'apparente que loin au bipolarisme antérieur, car il y a eu un phénomène d'érosion de l'antagonisme irréversible des deux blocs de la population. Ce ne sont plus les mêmes acteurs et les temps ont cahgé. Les réseaux d'aide à partir de fonds provés ne foncteionnent plus. Seul le maire est en mesure de recevoirt et de redistribuir les ressources dans un système de services unique. La notion de bem do povo, fréquemment mise en avant dans les discours du maire, commence à s'implater dans les mentalitès. Si deux factions s'affrontent encore, c'est principalement en période électorale pour s'emparer de la charge municipale si convoitée. Les éléments qui les composent ne sont plus aussi stables. La frontière invisible est actevée de façon intermittente et seulement chez les vieux habitants, que pratiquent alors l'évitement de parents ou d'amis de l'autre bord. En outre, le bifactionisme, toujours approuvé et stimulé par l'ensemble des acteurs sociaux, entretient chez les clientèles une certaine propension à manipuler les chefs en jouant de leur rivalité pours les exploiter au maximum (o povo explora muito) les gens en profitent beaucoup. Ce phénomène est évidemment une conséquance de l'affaiblessement de l'emprise des élus sur leur électorat, et montre bien la prise de consciense par celui-ci de son contre- pouvoir croissant (BOISVERT, 2007, p. 203).

Ao proceder de modo pragmático, consciente da capacidade que possui para pressionar os donos do poder, a clientela torcia as estruturas de dominação por dentro, fazendo-as funcionar a partir de um cálculo (e de um desejo) que não lhe era imposto do exterior. Enxergava no jogo social do qual não era um ator passivo ou mero espectador desinteressado, a oportunidade de um ganho material efetivo. É o que poderíamos chamar de cidadania narcísica; voltada para si mesma, útil apenas para seu ator e que se estende, no máximo, até os limites do seu núcleo familiar. Estranha e indiferente ao interesse coletivo, esta ferida narcísica na identidade política fabricou uma forma de não-cidadania.

A partir das últimas décadas do século XX, sugere a autora: *"Bipolarisation et bifactionisme ont contribuiè à entretenir une passion: le pari. Les élections offrent l'occasion parmi bien d'autres de partier de grosses sommes ou des biens de valeur: moto, voiture et même Maison*" (COLLETE, 2007, p. 204). As apostas são um fenômeno característico da rotina social dos moradores desta cidade, práticas constantemente acusadas, ao longo das décadas de 1960 e 1980, por membros do poder eclesiástico ou por jornalistas mais conservadores, mas, que, jamais deixaram de existir às margens dos olhares e ações policiais (SILVA, 2020). O que o fenômeno das eleições municipais realiza ao potencializar os efeitos (e valores) das apostas firmadas entre os clientes é apenas revelar a força de um ritual social já inscrito nas práticas cotidianas da população.

Os clientes/apostadores enxergavam nas eleições municipais, portanto, a oportunidade concreta de aumentar a própria "fortuna". Como em toda aposta, a derrota estava sempre presente, e, se avaliarmos os valores empenhados, não é difícil dimensionar o forte impacto psicológico que ela deve ter desempenhado para aqueles indivíduos que perderam seus bens. Para o perdedor, a perda do bem sempre potencializada pela chacota realizada pelos vencedores, pouco diplomáticos na arte do jogo, especialmente com os chefes e clientes derrotados nas eleições cujos resultados eram sempre acompanhados pelas festas com orquestra musical, marchas carnavalescas satíricas, provocações, desmoralização e outras formas de violência simbólica retroalimentadas pela fartura em cachaça e os efeitos psicológicos da catarse (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020). Nesta sociedade do jogo, os apostadores derrotados não perdem apenas o bem ou a quantia empenhada na aposta, mas o sossego. Nesta sociedade, a vergonha e o orgulho é também o combustível que alimentará um ostracismo voluntário que se repete a cada quatro anos (SILVA, 2020).

Além disso, entre as duas últimas décadas do século passado e a primeira década de nosso século, o perfil dos chefes se alterou significativamente mantendo, contudo, alguns vestígios do antigo sistema vigente em períodos anteriores. O chefe já não é um grande proprietário de terras. As terras, "desvalorizadas", já não são capazes de garantir o poder políticos às elites locais. São devotadas ao lazer, `as reuniões da gente graúda, e, mais recentemente, palco para o espetáculo das chácaras que recebem constantemente a visita da clientela mais "fiel" a seu proprietário. Ele é agora o homem de negócios, médio ou grande empresário, que ingressa neste jogo político local geralmente na condição de herdeiro dos antigos Nomes do poder. A nova virtude dos chefes políticos locais, que deve ser apreciada por todos os clientes, é sua capacidade empreendedora. Ele não é mais o antigo coronel, e em nada lembra os senhores "feudais" das terras úmidas e férteis dos engenhos da Mata Sul; ele é agora *o homem de negócios* (BOISVERT, 2007).

A modernização da administração pública e a especialização do trabalho vai definindo, por sua vez, a necessidade de uma descentralização dos poderes e de um alargamento das funções de gerência e controle, e, por extensão, a criação de uma extensa rede de ocupações públicas subalternas. O aumento demográfico prefacia o progressivo desenvolvimento do sistema produtivo que é este grande organismo chamado serviço público municipal. Os prefeitos dividem com uma burocracia cada vez

mais "especializada" (contudo não necessariamente técnica) o controle da máquina pública e, apesar do enorme poder decisório e prestígio que ainda possuem, já não são os únicos protagonistas desta teatralização do social. Tão importante quanto o nome próprio é a burocracia que o acompanha; ligada ao nome certamente por laços afetivos e orientada mais ainda por uma fidelidade canina e estratégica.

Para se manter no poder e convencer aquela parte do social que Jacques Rancière (1996) denominou como a "parcela dos sem parcela" isto é (no nosso caso), os grupos sociais não abraçados pela indústria do serviço público municipal e, por esta razão, silenciados e "tímidos" no meio da multidão, será preciso jogar com a psicologia do povo e não apenas cristalizar em torno de si o conjunto das demandas mais imediatas da clientela. Para assegurar a hegemonia, caberá ao chefe político fazer do espaço, sobretudo, urbano, um eterno canteiro de obras. Por isso, nas últimas décadas do século XX "*il fait construire des abattoirs, des halles à la viande, aux legumes secs et à la farine de manioc; il aménage la place centrale pour embellir la ville et flatter l'amour-propre de ses administres*" (BOISVERT, 2007, p. 208). Advém desta preocupação constante com a "beleza" da praça central, a moderna (e estratégica) renovação de suas formas, linhas, contornos e cores *ad aeternun.* Não que a praça o requeira, pois à despeito de sua beleza, ela será sempre objeto de um investimento político. E o que serve para as praças, se aplicará também aos prédios públicos, especialmente quando da ocasião das alternâncias do poder executivo, geralmente acompanhadas por um desejo profundo dos vencedores em mudar as cores da cidade, numa tentativa desesperada de apagar os rastros políticos deixados na paisagem por seus adversários. As cores do "partido" e o número de suas legendas preenchem o vazio deixado pelas ideologias políticas que, nestas paisagens, nunca se constituíram sob a forma de um projeto.

4. Conclusões

A pesquisa de Boisvert parece lançar luz sobre um tipo de "clientelismo" periférico e urbano que se instalou às margens dos grandes sistemas de dominação política que vigoraram no Brasil durante a vigência do Regime Militar. Um "clientelismo" encravado no seio de um Brasil com pretensões de modernidade, progresso e civilidade. Um "clientelismo" gestado numa região do país em que as distinções entre urbano e rural, público e privado, tradição e modernidade não eram tão visíveis. Um "clientelismo" que beberá na fonte da máquina pública, produzindo burocracia própria, arregimentando uma clientela fiel que gravitará *ad aeternum* em torno do coração econômico da sociedade local: a Prefeitura Municipal, pressionada, entretanto, pelo impulso venoso de gabinetes de instituições filantrópicas ou privadas, ora ameaçadoras da saúde daquele organismo, ora revigorantes, complementares, vitais.

O clientelismo apresentado a nós por Boisvert operaria como fator de unidade, de coesão social. Há algo de verdadeiramente durkheimiano na leitura deste fenômeno político, na medida em que essa rede de dependência mútua e de laços de solidariedade entre as classes sociais garantiria certa estabilização das forças em jogo, impedindo, deste modo, a irrupção da anomia, da convulsão social. Mas há, igualmente, algo de

verdadeiramente conservador nesse conjunto de práticas de dependência mútua que parece unir chefes e clientes, pois ela inviabiliza a ocorrência de mudanças estruturais na sociedade. É aqui que a Província encontra a Metrópole, isto é, o momento em que o local toca o global de maneira mais clara. Na medida em que essas redes de dependência mútua impedem processos de convulsão social, elas passam a funcionar, talvez não conscientemente, primeiro como pilares de sustentação para o Regime Militar brasileiro; depois, como a própria máscara política e social de uma falsa emancipação prometida no contexto da redemocratização do país.

Daí a constatação de que o clientelismo não representava nenhuma ameaça à hegemonia política daqueles que golpearam a democracia em 1964, muito menos permitiu a ruptura com a velha política tão prometida pelas vozes democráticas que promulgaram a Constituição Federal de 1988. Com efeito, "o clientelismo se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definhou durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura democrática" (NUNES, 2003, p.33). O clientelismo, como insistia José Murilo de Carvalho (1998), é uma característica que no Brasil remonta ao período da colonização e se inscreve nas malhas do tempo do presente vivo. Com a redemocratização do país, a "ética da troca" descrita pela autora continuará a ditar as regras do jogo nesta pequena cidade do interior pernambucano, e uma rápida observação sociológica poderia atestar facilmente que nenhuma força política foi capaz de alterar este quadro que segundo a autora imprimiu sua marca na cidade ao longo de meio século. Dialogando com o pensamento social brasileiro, mas jamais com o objetivo de reificá-lo, Boisvert produziu um diagnóstico da realidade política no interior pernambucano que diz muito sobre a história do tempo presente de muitas cidades espalhadas neste Brasil profundo e, sob muitos aspectos, ainda pouco conhecido por muitos de nós.

Referência

ARIÈS, Philippe. ***História da Morte no Ocidente***. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BOISVERT, Colette Callier. Pouvoir local et clientèle dans un municipe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil). ***In*:** LÉCRIVAIN, *Valérie. Clientèle guerrière, clientele foncière et clientele électorale: Histoire et anthropologie*. Paris, Sociètés EUD, 2007, pp.199-218.

BOISVERT, Colette Callier Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num Município da Zona Agreste de Pernambuco: Agrestina. ***Ciência e Trópico***, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.1, n. 1, jan/jun, p. 143-172, 1973.

BOISVERT, Colette Callier. Evolução sócio-econômica de um município da micro-região agreste meridional: Agrestina, 1966/1978. ***Ciência e Trópico***, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.7 (1), jan/jun, pp. 105 -136, 1979.

BOISVERT, Colette Callier. ***Dynamiques de l'interaction chercheur/terrain: un demi-siècle d'observation ethnographique dans l'agreste du Pernambouc.*** (2014) Disponível em: https://journals.openedition.org/bresils/893. Acesso em: 8 de out. 2021.

BOISVERT, Colette Callier. ***Soajo entre migrações e memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada***. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004.

BRASIL. ***Dados estatísticos donstituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA.*** Disponível em: http://ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 5 de out. 2021.

CAMUS, Albert. ***O estrangeiro***. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. ***Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual***. Dados [online]. 1997, v. 40, n. 2 [Acessado 8 Outubro 2021], pp. 229-250. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003. Epub 30 Out 1998.

CERTEAU, Michel de. ***A escrita da História***. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. ***A invenção do cotidiano***. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ELIAS, Nobert. ***A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia de corte.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Sónia. "Nos trilhos da ruralidade brasileira e portuguesa: uma biografia intelectual de Colette Callier–Boisvert", in Bérose - ***Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie***, Paris, 2019.

FREYRE, Gilberto. ***Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano***. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. ***Nordeste***. São Paulo: Global, 2013.

FOUCAULT, Michel. ***A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970***. São Paulo: Loyola, 2014

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. ***Periódico Diário de Pernambuco***, edições de 1960 a 1980. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.Acesso em: 6 out. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. ***Raízes do Brasil***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. ***A invenção do Nordeste e Outras artes***. São Paulo: Cortez, 2009.

JÚNIOR, José Romildo Souza Lemos. Família, poder e representações: tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969). 2014. 113 f. ***Dissertação*** (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

LEAL. Victor Nunes. ***Coronelismo, enxada e voto:*** O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Edson. ***A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO. ***Livro Tombo,*** nº 3, Agrestina-PE.

PERROT, Michele. ***Minha história das mulheres***. São Paulo: Contexto, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. ***O desentendimento***. São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE, Maria José de. ***A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade:*** *1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SECRETARIA DE CULTURA. ***Acervo iconográfico***. Prefeitura Municipal de Agrestina-PE.

SILVA, Jefferson Evânio da. ***Religião e Política na Terra da Mazuca:*** discursos, práticas e palanques eleitorais (1960 -1980). São Paulo: Paco editorial, 2020.

SHUTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em Psicologia Social. ***Revista Espaço Acadêmico****, Maringá,* n. 113, out/dez, pp. 117-129, 2010.